



Número: **0041572-35.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **18/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                              |                |
|--|--------------------|--|----------------|
| MANOEL FERREIRA NETO (AUTOR)                           |                    | Roselane Maria Barbosa da Silva (ADVOGADO)                 |                |
| COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)                   |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)                 |                |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU) |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)                 |                |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)       |                    |  |                |
| Documentos   |                    |  |                |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo           |
| 81083903   | 24/05/2021 09:50   | <a href="#">Recurso de Apelação - Manoel Ferreira Neto</a> | Petição em PDF |

EXMO. SENHOR. DOUTOR. JUIZ DE DIREITO DO 4ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE – PE – SEÇÃO A.

**Proc. 041572-35.2019.8.17.2001**

**MANOEL FERREIRA NETO** já qualificado nos autos da ação que move contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S.A** e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada legalmente constituída, não se conformando "*data maxima venia*" com a respeitável sentença de fls., interpor

### **RECURSO DE APELAÇÃO**

com fundamento nos artigos 499, e 513 e seguintes do Código de Processo Civil, requerendo, após exercido o juízo de admissibilidade, sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

O recorrente reitera o pedido de concessão da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/05, com redação introduzida pela Lei 7.510/86, visto não possuir condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio, bem como de sua família.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Recife/PE, 24 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_  
Roselane M. Barbosa

\_\_\_\_\_  
Rua Demócrito de Souza Filho nº 335, Emp. Green Tower, Sl. 903, Madalena, Recife – PE.  
Fones: (81) 98504-4046/99789-0245. E-mail: roselane.barbosaadv@hotmail.com



OAB/PE 26.467  
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE.

**Objeto:** Ação de Cobrança de Seguro - DPVAT.

**Recorrente:** Manoel Ferreira Neto.

**Recorrido:** Cia Excelsior de Seguros S.A e Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator,

Egrégia Turma:

A respeitável sentença expendida pelo eminente magistrado prolator, "*data maxima vênia*", merece reforma pelos seguintes fatos e fundamentos:

O recorrente propôs demanda contra a Cia Excelsior de Seguros S.A e Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT a fim de obter a indenização do Seguro DPVAT, uma vez que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 04 de outubro de 2018.

O recorrente padece com **sequelas definitivas (debilidade permanente) em punho direito (75%) e perda do olho direito (100%)**, e reuniu todos os documentos, provando cabalmente o sinistro, a debilidade e deformidade permanente de seu (s) membro (s), e obteve o pagamento administrativo em 14/03/2019 de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Em sentença o M.M Juiz “a quo”, **julgou improcedente o pedido**, aduzindo em síntese que:

“... Deve o julgador, portanto, averiguar no caso concreto se a parte autora faz jus a indenização e, em caso positivo, se no “valor cheio” (inciso I) ou proporcional (inciso II) – não se olvidando do inciso III, caso se requeira indenização dessa natureza. • A invalidez é permanente, parcial e incompleta; • Houve “Perda completa da mobilidade de um punho (...)” (o que se percebe mediante a confrontação da tabela anexa à referida lei com o laudo de ID n. 55249702, impondo-se o percentual de **25%**, (art. 3º, § 1º, II, primeira parte, c/c art. 3º, § 1º, I, ambos da Lei nº 6.194/74); nas duas lesões; • A repercussão da lesão foi intensa, impondo-se os percentuais



de **75%**, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74). Assim, **R\$ 13.500,00 x 25% x 50% = R\$ 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, ou seja, o pagamento realizado extrajudicialmente foi suficiente. **3. DISPOSITIVO.** Pelo exposto, defiro o pedido de justiça gratuita e julgo improcedente o pleito autoral, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Condenada a parte demandante nas taxas/custas processuais, bem como em honorários advocatícios fixados em 10 % sobre o valor da causa, observando-se o art. 98, § 3º, do Estatuto dos Ritos...”

Data Vênia, a sentença ora recorrida merece reforma, visto que o laudo médico pericial (ID 55249702) aponta uma lesão de (75%) no punho direito do Recorrente. E, ainda no item VI, b.1 atesta uma lesão parcial completa do olho direito. É importante ressaltar, que a sentença proferida em 02/02/2020, sob o nº de Id (62851143), fora embargada de declaração pelo Recorrente tendo em vista, que não havia sido considerada a lesão de 100% do seu olho direito. O magistrado a fim de dirimir qualquer dúvida que ainda pudesse pairar sobre a conclusão do laudo pericial, e proferir decisão sobre os aclaratórios opostos, em 27/08/2020, requer esclarecimentos ao perito, conforme despacho sob nº de Id 67053747. O perito Sr. Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM 16.868, esclarece que: “... há invalidez parcial completa (100%) referente ao olho direito da vítima e invalidez parcial incompleta em 75% (setenta e cinco por cento), referente ao punho direito da vítima...”. (Doc. Nº Id 67442383)

Vejamos:

permanente que comprometa e torne global algum segmento corporal da vítima). *Dano anatômico completo (100%) do olho direito*

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/c funcional permanente que comprometa apenas em parte um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1 ) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 31 da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

| Segmento Anatômico   | Marque o percentual  |
|----------------------|--|
| 1º Lesão             |  |
| <i>punho direito</i> | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 2º Lesão             |  |
|                      | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa            |



Por cautela, é de fundamental importância ressaltar que o § 4º, art. 5º da Lei 6.194/74, dispositivo este não alterado pela Lei 11.482/07, abre a possibilidade, nos casos de inexistência de Instituto Médico Legal, de outros registros hospitalares e/ou laudos médicos poderem chegar a conclusão quanto ao nexo de causa e efeito entre acidente e lesões.

Senão, vejamos:

**Valendo-se o juiz do seu livre convencimento, não denota o laudo do IML como o único instrumento capaz de aferir a invalidez da vítima de acidente automobilístico. (...)**” (Apelação Cível - Sumário - N. 2005.001034-3/0000-00 - Campo Grande, Rel. Des. Joenildo de Sousa Chaves, 1ª Turma Cível, 17.5.2005).

**Tratando-se de ação de cobrança de seguro obrigatório, não há que se falar em carência de ação, por não haver o autor trazido com a inicial laudo do IML, posto não ser tal documento imprescindível à propositura da referida ação.”** (Apelação Cível - Sumário - N. 2005.006715-3/0000-00 - Campo Grande, Rel. Des. Ildeu de Souza Campos, 1ª Turma Cível, 21.6.2005).

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO - OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - A comprovação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico pode ser feita por qualquer meio de prova em direito admitida - Primado do art. 332 do CPC - RECURSO IMPROVIDO.** (Al nº 1163554-0/5, 34ª Câmara de Direito Privado, Rei. DES. ANTÔNIO NASCIMENTO)

Entendemos que as lesões sofridas pelo recorrente devem ser enquadradas nos seguimentos abaixo apontado, tendo em vista as sequelas graves e definitivas, com evisceração do olho direito (perda do olho direito), fazendo jus a indenização no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) e fratura do rádio distal, fazendo jus a uma indenização no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). (tabela em anexo)

PELO EXPOSTO, requer a recorrente se dignem Vossas Excelências a dar integral provimento a APELAÇÃO interposta, determinando a reforma total da r. sentença atacada, a qual **julgou improcedente** as pretensões formuladas da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT** proposta em desfavor da Cia Excelsior de Seguros S.A e Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.



Requer o provimento da Apelação interposta, condenando a recorrida ao pagamento da importância de **R\$ 7.593,75 (sete mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)**, com a devida correção monetária e acrescida de juros legais.

Condenação em honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito e demais cominações legais

Caso reste mantida a decisão do Juízo de 1º Grau, a recorrente **reitera o pedido de gratuidade da justiça** que o isenta do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Pede Deferimento.

Recife/PE, 24 de maio de 2021.

---

Roselane M. Barbosa  
OAB/PE 26.467

